

Francisco de Oliveira*

Ensaio — Quais são os elementos em que a elite brasileira se apoiará para a sua estratégia de integração nas elites mundiais? Existem possibilidades de êxito dessa estratégia? Ela, a elite, se comportará ainda com mais ferocidade do que na época do “capitalismo selvagem”?

F.O. — O termo “elite” é sujeito a ambigüidades. Por isso, para todos os efeitos, preferirei utilizar o termo clássico de burguesia, que me parece mais adequado, não para manter-me fiel a um campo teórico simplesmente, mas porque a utilização do conceito de classe social serve melhor para designar a amplitude dos processos que se passam sob a hegemonia de uma certa fração da sociedade; enquanto sob o conceito de “elite” podem se abrigar, inclusive, muitos dos que fazem oposição aos dominantes, sendo certo que, de qualquer modo, fariam parte de algumas das “elites” da sociedade brasileira. No caso dos intelectuais, isso fica bastante claro. Sendo assim, centrarei minhas respostas no conceito de burguesia.

A burguesia brasileira, incluindo-se aqui as parcelas representativas de capitais forâneos, busca integrar-se, a qualquer custo, na chamada globalização. Ela não dispõe de muitos elementos próprios, posto que seu próprio Estado — que o neoliberalismo considera um estorvo — se encontra em situação falimentar e não detém condições de apoiar a inserção da burguesia na nova globalização. Assim sendo, ela comparecerá à globalização como parte subalterna. A recentíssima — de 13 de fevereiro de 1996 — incorporação da Metal Leve por uma multinacional alemã é como uma confirmação trágica disso, posto que se tratava de uma empresa sólida, que fez pesquisa, avançou inclusive abrindo fábrica nos próprios EUA, mas tinha como *handicap* um Estado falido pelas costas. Daí decorre a fúria desregulacionista da burguesia,

* Professor titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, Pesquisador do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP.

amparada sucessivamente pelo Governo Collor e pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que, a rigor, se trata de uma fúria destrutiva de direitos sociais, principalmente os trabalhistas, com os quais a burguesia pensa recuperar ou viabilizar sua inserção nessa nova globalização. Tem tudo a ver, portanto, com o “capitalismo selvagem”.

Ensaio — Você acredita que, no meio de novas condições (mundialização, financeirização, crescente papel da mídia, liquidação de valores humanistas, desemprego abundante, etc.), a elite brasileira optará pela democracia como uma solução para os problemas políticos, econômicas e sociais? Qual será a trajetória da sociedade brasileira?

F.O. — Não, a burguesia brasileira nunca optou pela democratização como processo nem pela democracia como marco institucional. Ela sempre se adaptou, quando os ventos favoreceram o progresso democrático. Nessa quadra de franca regressão dos direitos humanos, a burguesia não fará nenhum esforço para preservar a democracia e, no máximo, se tal for funcional para seus desígnios e, condição importantíssima, se as outras forças sociais desejosas do projeto democrático tiverem forças, ela manterá as aparências.

Ensaio — Como você vê a relação entre as elites e o Estado? Neste novo quadro internacional, para onde vai o Estado brasileiro?

F.O. — A relação entre a burguesia e o Estado foi, desde a última gestão de Delfim Netto, depredadora. Desde então, a chamada falência financeira do Estado brasileiro, responsável pelo desastre social que aí está, é um produto da depredação que não cessou. Avançou e continua avançando pelas privatizações no Governo Fernando Henrique Cardoso, em que o Governo e a burguesia liquidam o patrimônio nacional e as ferramentas mediante as quais se fez política econômica à margem e contra as recomendações dos gendarmes FMI e BIRD. No novo quadro internacional, pela vontade do Governo e da burguesia que o apóia, o Estado será convertido em mero apoiador do setor privado e em alçó de seu próprio povo, privado como está da capacidade de ter política econômica autônoma. A única preocupação na gestão do Estado é de ordem econômica. Mas isto não é uma projeção *ad infinitum*, pois outras classes sociais, outros interesses, toda uma construção no campo dos direitos, não permanecerão passivos, tal como já demonstra a queda de popularidade do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ensaio — Em termos de valores, há uma alteração profunda: a liquidação do socialismo real lançou o Ocidente no caminho de uma sociedade influenciada excessivamente pelo mercado e pelo ideário liberal. Você acredita

que estamos cada vez mais numa sociedade hobbesiana (*homo homini lupus*)? Sim, não? Por quê? E quais as formas de oposição dessa sociedade antropofágica?

F.O. — Fácil seria reconhecer que a tendência atual é fortemente hobbesiana, no sentido indicado. Não partilho desse pessimismo. Creio que a queda do socialismo real, na verdade, deixou o capitalismo entregue às suas próprias contradições, e hoje só o panglossiano mais ingênuo afirmará que se vive num tempo sem crise. Pelo contrário, as crises estouram por todos os lados, sob todas as formas. Minha perspectiva é a de que se está numa daquelas encruzilhadas históricas, num daqueles momentos decisivos de inflexão, onde a racionalidade burguesa já alcançou seus limites e, por isso, está dando lugar à destruição daquilo mesmo que ela construiu. A oposição, mais uma vez, somente poderá erguer-se a partir da noção de direitos, desta vez ampliados, sem se escorar no contrato mercantil, que foi a base a partir da qual se ergueu a sociabilidade burguesa. Esta será uma prova de fogo verdadeiramente definidora.

Ensaio — Como será o compromisso das elites regionais latino-americanas no caso do Mercosul, dado o efeito da mundialização/globalização?

F.O. — As burguesias latino-americanas, no caso do Mercosul, estão todas comprometidas com um projeto neoliberal. Nunca vi acontecer, na história, uma integração pela via do mercado. Nem no caso dos Estados Unidos — não foi o mercado que ampliou o espaço nacional dos 13 estados que proclamaram a independência. Nuns casos, a guerra foi o instrumento, noutros a negociação, noutros a compra. Agora, o NAFTA tenta ser uma experiência única de integração pelo mercado; já dá todos os sinais de fracasso, o que se repetirá no Mercosul, se a via do mercado for a preferida. Um sistema supranacional não se constrói pelo mercado, mas as burguesias, com o empenho ativo dos governos, tratam de liquidar os direitos sociais para tentar a integração. Será um desastre social, em meio a alguns êxitos econômicos, que trarão muito proveito às empresas desenhadas para escalas globais, mas não à integração dos povos.

Ensaio — Na sua opinião, qual a configuração da luta de classes no Brasil hoje?

F.O. — A luta de classes no Brasil, hoje, tem como ponto central, em primeiro lugar, a manutenção do emprego e, conseqüentemente, a luta contra o desemprego. Mas, de fato, a questão central que anima a luta de classes é a da descartabilidade da classe trabalhadora, tão apregoada por certa sociolo-

Ensaio FEE, Porto Alegre(17)2:50-54, 1996

gia do trabalho e por outras sociologias. Assim, a descartabilidade da classe trabalhadora, um assunto complexo quando o tratamos sob a ótica correta da mudança das formas do trabalho, permanecerá a questão central ainda por muitas décadas. Mas a descartabilidade é outra coisa: é uma estratégia política do capital. Portanto, a luta de classes desenvolver-se-á por longo tempo em torno da questão: a erosão da racionalidade burguesa leva de cambulhada a centralidade do trabalho na construção da sociabilidade capitalista? A luta de classes de hoje, e durante muito tempo ainda, será a luta pela construção de uma esfera pública não burguesa. Todos os projetos político-ideológicos se perfilam com relação a isso.

Ensaio — Dados a globalização e o projeto de integração na economia mundial da economia brasileira, qual será, na sua opinião, a capacidade do capital financeiro nacional de liderar essa integração? Qual o seu projeto, se é que ele existe?

F.O. — O capital financeiro brasileiro não tem nenhuma capacidade de liderar a integração da economia ao processo de globalização. As crises que estão aí deveriam ser suficientes para dissolver essa quimera. De fato, foi o Estado quem, no Brasil, desempenhou sempre o papel do capital financeiro. A depredação financeira do Estado impede-o de continuar desempenhando esse papel, ao mesmo tempo em que ele não gerou uma suficiente centralização do capital, que possa ser transferida ao capital privado financeiro. Na verdade, a ironia é que a financeirização da economia brasileira já foi realizada: seu instrumento foi a dívida externa. Agora, apenas o capital financeiro internacional é que pode ter esse papel.

Ensaio — Qual seria o papel dos fundos públicos nessa nova realidade da globalização?

F.O. — Os fundos públicos, na acepção de recursos estatais, serão utilizados para viabilizar a inserção de empresas, a instalação de empresas estrangeiras, tal como o leilão promovido entre alguns estados brasileiros para ganharem o “presente” da localização de alguma montadora de automóveis o está mostrando, para sanear bancos que possam se associar com outros, para vender, pelas moedas “podres”, as empresas estatais. Este será o papel dos recursos estatais. No conceito de fundos públicos, que eu próprio trabalhei no artigo **O surgimento do antivalor**, o fundo público desaparece. Ele não é mais aquele componente socialmente pactado, e, portanto, o uso desse conceito é inapropriado para descrever o uso de recursos estatais na atual fase de privatização da coisa pública.

Ensaio — Será possível conciliar o anseio de modernização, de integração da economia mundial, com a necessidade de incorporar as massas numa sociedade política, econômica e social mais justa?

F.O. — Não, o anseio de integração com a economia mundial, nos quadros do processo de globalização, não é compatível com a incorporação das massas numa sociedade política, econômica e social mais justa. Em primeiro lugar, cabe recusar o termo e o conceito de “massas”; este é um conceito conservador. Trata-se, apesar da impotência da teoria em reconhecê-la, de uma sociedade de classes. Uma integração à globalização, nas condições de um Estado que não pode ter políticas autônomas, não pode produzir políticas sociais; uma integração feroz, cujo *leit motiv*, como assinalado na resposta à primeira questão, trata de destituir direitos, de destruir direitos, não pode, ao mesmo tempo, construir uma sociedade mais justa. Pode construir uma sociedade “zoológica”, onde as girafas até podem estar bem alimentadas — assim mesmo, a experiência dos próprios países desenvolvidos, com taxas de desemprego que não recuam, não autoriza essa ingenuidade. Mas não pode construir uma sociedade justa.